

**O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA  
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: RECONHECENDO A ALTERIDADE**

**AFRICAN HISTORY TEACHING, AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN  
CULTURE TEACHING: ACKNOWLEDGING IDIOSYNCRASY**

Antonio Carlos Lopes Petean<sup>1</sup>

Sérgio Luiz de Souza<sup>2</sup>

*“Na África, cada ancião que morre  
é uma biblioteca que se queima”.*  
Amadou Hampâté Bâ

**Resumo:**

Esse artigo busca realizar uma reflexão sobre a importância do ensino de História da África, da cultura afro-brasileira e da cultura africana, nos estabelecimentos de ensino no Brasil, como instrumento para a construção de uma identidade positiva para os afro-descendentes, e também, para uma discussão mais sólida sobre o preconceito e as relações étnicas no Brasil contemporâneo. Esses novos temas, introduzidos no ensino de História no Brasil se tornaram obrigatórios a partir da lei 10.639/2003, permitindo o resgate da memória e da história dos afro-brasileiros, bem como, compreender a contribuição cultural dos povos africanos na construção das manifestações culturais presentes na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** História da África, Cultura Afro-Brasileira, Preconceito.

**Summary:**

This article intends to provide a reflection on the importance of the history of Africa, Afro-Brazilian and African Culture teaching in Brazilian schools, as an instrument for the construction of a positive identity for the Afro-descendants, and also to a more solid discussion on the prejudice and ethnic relations in the contemporary Brazil. These new themes, introduced in the teaching of History in Brazil became mandatory since the law 10.639/2003, granting the rescue of Afro-Brazilian memory, as well to comprehend the cultural contribution of African people in the construction of the cultural manifestations present in Brazilian society.

**Key-words:** African History, Afro-Brazilian Culture, Prejudice.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela UNESP/Araraquara. E-mail: acpetean@usp.br.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia pela UNESP/Araraquara. E-mail: srgioluz@yahoo.com.br.

## Introdução

Nas palavras de Serrano e Waldman (2007), o imaginário europeu estabeleceu para o continente africano e seus habitantes, um conjunto de conceitos desqualificantes que contribuíram para a construção de mitos, ficções e imagens fantasiosas. Portanto, quando falamos em África, a primeira noção que nos vem à mente é a de um continente marcado pela escravidão, pelo neocolonialismo, pelas guerras de descolonização, pela fome e práticas de genocídio (como foi o caso recente da guerra entre Tutsis e Hutus). Segundo Arnaut e Lopes (2005), além dessas imagens que possuímos sobre o continente africano, outra representação está presente: uma natureza bela, com grande potencial turístico e potencialmente rica em recursos naturais. Portanto, falar sobre a África assumiu um caráter tanto pejorativo quanto edenizador. Além do deserto do Saara (norte do continente), da cadeia de montanhas Atlas (também ao norte), das savanas, das florestas tropicais, do deserto da Namíbia (na costa atlântica), do Calahari (no centro-sul), e do Cabo da Boa Esperança, o continente africano possui uma grande diversidade étnica e cultural impossível de ser apreendida em sua totalidade. Segundo Hampâté Bâ:

Quando se fala da “tradição africana”, nunca se deve generalizar. Não há uma África, não há um homem africano, não há uma tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias. Claro, existem grandes constantes (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visível e invisível e, entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe, etc), mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes variam de uma região a outra, de uma etnia à outra, às vezes, de aldeia para aldeia. (HAMPÂTÉ BÂ, 2008, p.14)

Quanto à referência geográfica, ela é importante, mas não o suficiente. Assim, ao tratarmos da História da África, da cultura afro-brasileira e africana, corremos o risco de idealizá-las, naturalizá-las ou estigmatizá-las. O que devemos buscar, no estudo da África e das manifestações culturais de raízes africanas, são comunidades (re)construindo suas respectivas identidades culturais e religiosas, dominando a natureza, vivendo, amando e, sobretudo, lutando para reafirmar identidades frente ao conquistador e dominador europeu desde o final do século XIX. Pensamos também que, atualmente, os povos africanos buscam tanto construir boas condições sociais internas, quanto uma inserção mais promissora nas relações internacionais.

Em boa parte dos livros didáticos e demais materiais pedagógicos, o continente africano é chamado de continente negro, esquecendo assim a África saariana (Árabe, Moura e Berbere, ao norte). Para Lopes:

A variedade étnica do continente resultou da convivência nele, desde os tempos mais remotos, de africanos de aparências diversas, de acordo com a seguinte procedência: ao norte do continente, indivíduos de pele amarelada, semelhante ao tipo predominante entre os hoje fixados junto ao mediterrâneo; no centro e oeste, indivíduos de pele bastante pigmentada e cabelos crespos, entre eles os negritos e pigmeus; e em boa parte do restante do continente, os ancestrais dos atuais bosquímanos, de baixa estatura, cabelos acentuadamente crespos, mas de pele amarelada- tidos hoje como os descendentes diretos dos primeiros representantes da espécie humana. ( LOPES, 2007, p.96)

Outra questão importante a ser tratada é que, para uma boa parcela do continente americano, a África é uma referência cultural e existencial. Milhões de negros foram trazidos para a América na condição de escravizados para as colônias de Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda. No continente americano, esses contingentes humanos constituíram, com o passar dos séculos, uma imensa população de afrodescendentes, muitos dos quais, na contemporaneidade, passaram a reivindicar seu pertencimento às identidades da diáspora negra. Dessa forma, procuram reconstruir e (re)inventar suas raízes culturais também com base nas vivências históricas que os remetem às suas origens africanas tanto do passado quanto do presente.

Nesse aspecto último, faz-se importante salientar os processos de repressão e marginalização aos afro-brasileiros e às suas manifestações culturais como o candomblé, a Umbanda, a capoeira, o samba-de-roda e outras. O fato de serem tratadas ora como caso de polícia (coisas de “vagabundos”), ora como expressão de atraso cultural ou folclore, traz consigo tanto a esgarçada das redes de sociabilidade dessas populações quanto um prejuízo à formação de suas identidades. Isto ocorre na medida em que se desqualifica a memória e todo o patrimônio histórico-cultural dessas populações.

### **A relevância da lei 10.639/2003 na valorização da memória, da cultura e da história dos afrobrasileiros .**

Do mesmo modo que os descendentes de europeus e asiáticos buscam reconstruir suas raízes históricas e preservar suas memórias, os descendentes dos africanos buscam, no resgate de suas raízes, construir uma identidade positiva e uma reparação histórica. Assim procedem, entre outros aspectos, para desconstruírem as representações negativas sobre o negro e sobre as manifestações culturais de matriz africana. Representações essas que se constituem por meio das imagens negativas, presentes nos relatos e representações dos viajantes europeus que passaram pelo continente africano e pela América (Schwarcz, 2001), como também por construções sociais estabelecidas no presente por diferentes grupos e instituições em nossa sociedade. A partir dessa contextualização, realçamos a importância do ensino de História da África, da cultura afro-brasileira e da cultura africana. Por um lado, para melhor refletirmos sobre o preconceito, o racismo e as relações étnicas existentes em nossa sociedade e, por outro, para podermos conhecer com mais propriedade a História do Brasil e as culturas presentes na realidade brasileira.

A luta contra o racismo (definido como crime pelo artigo 5º da Constituição brasileira) é tarefa de todo educador e cidadão. Por isso, compete ao sistema educacional desenvolver práticas pedagógicas que contribuam para eliminar o racismo e outras formas de preconceito. A lei 10.639/2003 responde à demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos.

De acordo com essa lei, o ensino de História da África e das culturas afro-brasileira e africana, também tratada em forma de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente africano, articular-se-a com a história dos afrodescendentes no Brasil. Neste caso, serão abordados temas como: o papel dos griots como guardiões da memória histórica, os núbios, os egípcios, os reinos do Mali, Congo e Zimbábue, o tráfico de escravos, o papel de europeus e africanos nesse tráfico e o estudo das universidades africanas islâmicas de Tímuktu, Gao e Djene, que floresceram no século XVI, no reino do Mali. Outro tema a ser trabalhado é o neocolonialismo e a luta dos países africanos pela independência, dando ênfase à luta dos países de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Quanto ao ensino da cultura afro-brasileira, deve-se dar destaque ao Candomblé, à Umbanda, as congadas, aos maracatus, ao

reizado, à Capoeira, ao boi bumbá, aos tambores de mina e ao tambor de crioula, no Maranhão, e demais manifestações de matriz africana espalhadas pelo território nacional. Todos esses temas devem se articular para combater o preconceito e o racismo presentes na sociedade brasileira. Portanto a questão étnico-racial e o estudo da História e cultura dos africanos e afro-descendentes devem ser partes integrantes da formação de todo educador das mais diversas áreas das ciências humanas, biológicas e exatas.

### **As representações sobre o outro.**

Castoriadis afirma que:

O racismo é uma transformação ou um descendente especialmente violento e exacerbado (arrisco-me até mesmo a dizer: uma especificação monstruosa) de uma característica empiricamente quase universal das sociedades humanas. Trata-se da incapacidade humana de se constituir como si mesmo, sem excluir o outro; em seguida, da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo, chegando finalmente a odiá-lo. (CASTORIADIS, 1992, p.31)

Diz ainda Castoriadis (1992) que toda sociedade, ao se constituir com tal, institui para si uma lógica, com valores, representações do mundo e, portanto, cria representações do outro. Por isso, na criação do mundo realizada por uma sociedade, a existência de uma outra sociedade, sempre encontra lugar, assim como seus valores, sua lógica e suas representações do mundo (religiosas e míticas).

Nesse processo de construção e instituição de uma sociedade, o problema está no lugar reservado ao outro. Segundo Castoriadis:

As instituições desses outros (e, portanto, esses próprios outros!) podem ser consideradas como superiores (às nossas), ou como inferiores, ou como equivalentes. Observemos que o primeiro caso acarretaria, ao mesmo tempo, uma contradição lógica e um suicídio real. A consideração das instituições estrangeiras como superiores pelas instituições de uma sociedade, não tem razão de ser: essa instituição deveria ceder lugar a outra. (CASTORIADIS, 1992, p.32)

Mas considerar as instituições dos outros como iguais leva à indiferenciação. Portanto, o que a história da instituição e da construção das sociedades oferece-nos não é o reconhecimento da alteridade, pois línguas, crenças, maneiras à mesa, mitos são, para a maioria das sociedades, incomparáveis e insubstituíveis. Mas ao julgar os outros e suas instituições como inferiores e desclassificá-las, justifica-se tudo o que possa lhes ocorrer. Nesse sentido, no final do século XIX, o médico e antropólogo Nina Rodriguez ao atribuir aos negros e mestiços uma inferioridade e uma incapacidade intelectual, propõe que se institua no Brasil dois códigos de leis, um para negros e outro para brancos, devido aos diferentes graus de evolução (Schwarcz, 2001). Isso ocorre porque na relação histórica entre as sociedades estão inseridas estratégias de poder e, portanto, submissão. Podemos afirmar que o racismo é uma instituição que fundamenta as relações sociais presentes na História.

Para Arendt (1998), toda ideologia é concebida como estratégia de poder e, segundo ela, a força de uma ideologia reside em dois pontos: os anseios, os desejos e as expectativas de uma parte da sociedade (que busca legitimar-se), e a utilização de doutrinas de outras ciências para ter sentido lógico. No caso da ideologia racista, a biologia fornece as doutrinas de que ela necessita para justificar seu discurso. Sobre o papel da ideologia, Althusser

(1985) afirma que toda ideologia tem por meta reproduzir as relações de produção e para que essa reprodução efetive-se o sujeito deve naturalizar sua posição na divisão social do trabalho, consolidando a submissão e a resignação social e política.

Os três filósofos (Arendt, Castoriadis e Althusser), podem nos ajudar na compreensão do fenômeno do racismo na História das relações sociais e políticas, assim como, na compreensão do olhar que o europeu construiu sobre a África, sobre o negro e sobre a escravidão.

### **O olhar do europeu sobre a África e sobre o negro: do exotismo ao racismo.**

Existem imagens do negro e do continente africano que foram construídas por setores da sociedade europeia de maneira estereotipada e reinterpretadas durante séculos. Para Santos (2002), o imaginário europeu, até o século das luzes, foi constituído pela existência de seres fantásticos e raças monstruosas, que ocupavam lugar nas descrições sobre a África. Para muitos viajantes, o mundo era maravilhoso e demoníaco, belo e perverso, e na Idade Média o demônio era chamado de negro, representado também como repugnante e sedutor, horrível e lascivo ( Santos, 2002). Portanto, Satã era representado sempre negro ou escuro. Já Cohen (1980) vai dizer que os europeus relacionavam o negro como a marca do mal e da depravação, da falta de pudor e amoral. Esta alteridade radical foi olhada como loucura, heresia e paganismo, em oposição à civilização europeia associada à razão e a cristandade. Portanto a África foi vista como um território que vivia fora da História. Nesse sentido a alteridade é a descoberta do outro, estranho a cultura europeia cristã. Mas este outro precisa ser explicado e conhecido.

Até o século XVIII, as explicações para as diferenças físicas entre os seres humanos estavam baseadas na ideia de uma possível determinação divina. As elites europeias desde a Idade Média constituíram uma cosmovisão a partir de uma apropriação e de interpretações do cristianismo, condizentes com seus próprios referenciais de mundo e interesses econômicos. Dessa maneira podemos compreender como a Bíblia e outros textos sagrados puderam servir de base para explicar, de maneira estigmatizada a diversidade humana, inclusive com relação à aparência física dos povos. Para Lopes:

Até o século XVIII, os sábios procuravam explicar as diferenças físicas existentes entre os povos por meio de árvores genealógicas tiradas da Bíblia. Então a diversidade na aparência das pessoas era entendida ou como determinação de Deus ou como uma coisa hereditária, cada um saindo ao seu antepassado... (LOPES, 2007, p.26)

Além das explicações teológicas, outras causas foram apontadas como possíveis determinantes das diferenças entre os homens, como a alimentação e o clima. Segundo Wieviorka (2007), o racismo propriamente dito, a ideia de uma diferença essencial, inscrita na própria natureza dos grupos humanos, em suas características físicas, não começa verdadeiramente a se difundir senão no final do século XVIII e no seguinte. Durante o século das luzes, o pensador iluminista Condorcet elaborou uma ciência para estudar a sociedade, baseada no modelo científico-natural. Para Condorcet, o conhecimento da sociedade deveria ser neutro e objetivo, enfim, deveria ser tão preciso quanto o conhecimento matemático. Um conhecimento objetivo e neutro, segundo esse pensador, só seria possível se eliminássemos do processo de conhecimento todas as paixões e os preconceitos. Ele identifica tais preconceitos com as ideias clericais sobre a sociedade. Segundo Lowy (1985), Condorcet considerava que, como na marcha das ciências físicas e biológicas, os interesses e paixões não perturbam o conhecimento, o mesmo deveria

acontecer nas ciências da sociedade, e, para isso, deveríamos eliminar as doutrinas teológicas, os argumentos papais e a autoridade de São Tomás de Aquino.

No processo de busca por um conhecimento objetivo, neutro e livre de argumentos teológicos, as ciências sociais começaram a utilizar conceitos ou ideias das ciências naturais, como a ideia de raça e de leis naturais.

Foi durante o século XIX, com o avanço e predomínio das ciências naturais, sobretudo da biologia sobre as ciências humanas, que o conceito de raça passou a ser utilizado para definir as diferenças físicas entre os seres humanos. As ciências naturais assim como as ciências humanas estavam pautadas, unicamente, pela busca de leis que pudessem explicar o comportamento de seus respectivos objetos. Uma das principais proposições teórico-metodológicas que se desenvolveu nesse período, foi a teoria positivista da ciência ou positivismo. Para o positivismo, a sociedade é regulada por leis naturais iguais às leis da natureza. Sobre essa proposição teórica, Lowy, vai nos dizer que:

A sua hipótese fundamental é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que têm todas as características das leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana, tal como a lei da gravidade ou do movimento da terra ao redor do sol: pode-se até procurar criar uma situação que bloqueie a lei da gravidade, mas isso se faz partindo de que essa lei é totalmente objetiva, independente da vontade e da ação humana. (LOWY, 1985, p. 36)

Descobrir leis, para as ciências, relacionava-se a possibilidade de construir teorias que pudessem dar informações sobre os hábitos comportamentais dos objetos. O método empregado para concretizar essa busca foi o método indutivo. O indutivismo acredita ser possível construir uma teoria científica a partir da observação dos fatos, e toda teoria construída a partir desse método enuncia leis que se pretendem universais. Por isso, conhecer leis, para as ciências naturais e humanas, no século XIX, era a possibilidade de conhecer o comportamento do objeto e realizar “previsões” sobre seu futuro comportamento. No caso das ciências humanas, a busca era por leis que explicassem o comportamento violento, o atraso social e econômico de uma sociedade ou nação. Assim, as ciências humanas, principalmente a antropologia e a sociologia, ao se valerem do conceito de “raça”, empregado pela biologia para definir o comportamento ou as características de determinados animais, buscou relacionar o comportamento de determinados seres humanos com suas características raciais, ou melhor, fenotípicas, originando concepções teóricas racistas; como se a aparência física fosse condição para explicar a priori o comportamento de seres humanos. Dessa forma buscou-se estabelecer um vínculo entre os caracteres fenotípicos das pessoas com o comportamento e desenvolvimento intelectual, acreditando ser essa relação uma lei natural no decorrer da história da humanidade. Portanto, as características fenotípicas forneciam as bases para se compreender como determinados sujeitos sociais se comportam, assim como as suas respectivas capacidades intelectuais. No século XIX, estudiosos, ao se valerem de determinadas características fenotípicas, identificaram três raças: a branca, a negra e a amarela.

De acordo com Lopes (2007), foi o conde de Gobineau que lançou as bases para o “racismo científico” ao pregar a superioridade da “raça” nórdica e branca sobre as demais, afirmando ainda que a raça era o fator determinante do progresso ou decadência de uma sociedade, sendo a raça branca responsável pelo progresso, e toda decadência como resultado do amálgama de raças. Ao passar pelo Brasil, Gobineau descreve a população local como mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia, conforme nos relata Schwarcz (2001).

O “racismo científico” atribui ao branco e as suas vertentes ariana e teutônica, os grandes feitos da humanidade (Lopes, 2007) e, portanto, implicitamente, relaciona o elemento fenotípico à capacidade intelectual. Desse modo, o conceito “raça” passou a ser utilizado, a partir do século XIX, para explicar o progresso ou a decadência de uma nação ou país. Essa ideia ou concepção teórica identificava a partir do fenótipo, a raça a que o ser humano pertenceria, e “a priori”, já se saberia o comportamento e o potencial de determinados indivíduos pertencentes à determinada raça. A partir dessa base, acreditavam os estudiosos poder explicar o progresso e desenvolvimento de uma nação ou a predisposição à violência ou a indolência de um indivíduo, como se essa relação fosse uma lei natural descoberta pelas ciências sociais. Além dessa relação, Lopes afirma que:

Por causa desse racismo explicado assim “cientificamente”, até a época da primeira guerra mundial, em 1914, a maioria dos livros que tratavam do assunto procurava mostrar que os povos não europeus, considerados não civilizados, eram sempre muito diferentes; que seu comportamento era estranho; que seus costumes eram quase sempre ridículos e até repugnantes; que eles viviam num mundo sem lógica, cheio de superstições e que por isso, eles pertenciam a “raças” inferiores. (LOPES, 2007, p.29)

Com isso, negros, mulatos, indígenas e asiáticos passaram a ser vistos como inferiores, incivilizados, menos dotados intelectualmente, culturalmente bizarros e estranhos, e ilógicos para os padrões europeus.

Ao estabelecerem essas conotações ao negro e aos demais grupos étnicos, os europeus justificavam a escravidão e o trabalho servil na América, África e Ásia. Para Lopes (2007), essa visão racista não nasceu por acaso, nasceu justamente no século XIX, quando as grandes potências europeias estavam ocupadas em dominar o mundo e encontrar justificativas para o domínio sobre o continente africano e asiático. A justificativa encontrada foi o “racismo científico”, pois apregoava a superioridade da civilização branca de origem européia sobre as demais “raças”. Os povos africanos e suas respectivas raízes culturais e religiosas sempre foram vistas como inferiores pelo olhar racista do colonizador europeu, conforme atesta Hampâté Bâ:

Um empreendimento de colonização nunca é filantrópico, a não ser em palavras. Um dos objetivos de toda colonização, sob qualquer céu e em qualquer época, sempre foi começar por decifrar o território conquistado, porque não se semeia a contento nem em terreno já plantado, nem em alqueive. É preciso primeiro arrancar do espírito, como se fossem ervas daninhas, valores, costumes e culturas locais, para poder semear em seu lugar, costumes e a cultura do colonizador considerados superiores e os únicos válidos. (HAMPÂTÉ BÂ, 2008, p.326)

Desse modo fica claro o papel da ideologia como estratégia de poder e dominação. Segundo Alves (1990), o conhecimento do comportamento dá àqueles que o detêm um enorme poder em relação aos outros. Ele tem, portanto, uma inegável importância prática, mesmo que esse conhecimento seja resultado de uma pseudo teoria científica, como é o caso das teorias que defendem a ideia da superioridade racial entre os grupos humanos e que teve seu apogeu no holocausto promovido pelo nazismo contra ciganos, judeus, eslavos e outros grupos étnicos.

Como descrito anteriormente, a ideologia racista ou racismo científico teve um grande representante no Brasil, o médico e antropólogo físico Nina Rodriguez. Tanto este quanto outros estudiosos desenvolveram estudos que deram lastro a concepções e atitudes disseminadas na sociedade brasileira, reforçando discriminações da sociedade em relação

aos afro-descendentes como também gerando prejuízos para a autoestima e a formação da identidade destas populações.

Ao longo do século XX as representações negativas construídas a respeito dos descendentes de africanos e sob a própria África mudaram de foco, deixaram de ter como fundamento o fenótipo e a idéia de raça para organizarem-se a partir do conceito de cultura, originando um racismo cultural e religioso.(Wieviorka, 2007)

Também, desenvolveram-se teorias sob novos fundamentos, como os estudos de Gilberto Freyre, que apontam para uma suposta “democracia racial” e de outros que trilharam tal caminho. Entretanto, ao reiterarem uma concepção de cultura que não superou, mas apenas recolocou a hierarquia entre os povos e os grupos sociais, esses estudos acabaram por reafirmar os afro-descendentes e africanos numa escala inferior. Neste sentido, tanto uma parcela significativa da produção acadêmica quanto outros espaços sociais (os meios de comunicação, por exemplo), não contribuíram para a desconstrução do racismo e da desqualificação do patrimônio histórico-cultural dos afro-brasileiros e dos africanos.

Desta forma, coloca-se como uma pauta importante da agenda social brasileira a desconstrução de conceitos, de representações e de atitudes sociais que mantêm a discriminação étnico-racial presente na dinâmica de nosso país. Portanto resgatar a riqueza da história dos afro-descendentes e das manifestações culturais de matriz africana é tarefa importante para se construir uma identidade positiva para boa parcela da população brasileira, no sentido de todos os cidadãos brasileiros conhecerem de fato a história de nosso país, que se constituiu em íntima relação com a história e a cultura dos povos africanos da diáspora e da própria África contemporânea.

Para atender a lei 10.639, que tem como meta combater a discriminação étnico-racial através do sistema escolar, foi criado o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana*. O plano foi construído como um documento de caráter pedagógico para orientar as instituições de ensino em todo território nacional, contribuindo para a construção da cidadania e de uma escola plural, democrática, que combata o racismo, o preconceito e valorize as diferenças presentes na sociedade brasileira.

## **Bibliografia:**

Alves, Rubem, (1990). *Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas Regras*. São Paulo:

Editora Brasiliense.

Althusser, Louis, (1985). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal.

Arnaut, Luiz e Lopes, Ana Mônica, (2005). *História da África: uma Introdução*. Belo

Horizonte: Editora Crisálida.

Arendt, Hannah, (1998). *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bâ, Amadou Hampâté, (2008). *Amkoullel, o menino Fula*. São Paulo: Editora Casa das

Áfricas e Palas Athena.

- Castoriadis, Cornélios, (1992). “Reflexões Sobre o Racismo”. In: O Mundo Fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cohen, William, (1980). Français et Africains. Paris: Gallimard.
- Lopes, Nei, (2007). “O Racismo Científico”. In: O Racismo Explicado aos meus Filhos. São Paulo: Agir.
- Lowy, Michael. “Positivismo”. In: Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma Análise Marxista. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- Ministério da Educação e Cultura da República Federativa do Brasil, (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, Distrito Federal.
- Santos, G. A., (2002). Selvagens, Exóticos e Demoníacos: Idéias e Imagens sobre uma Gente de Cor Preta. Estudos Afro-Asiáticos. V.24 n.2.
- Schwarcz, Lilia Moritz, (2001). Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha.
- Serrano, Carlos e Waldman, Maurício, (2007). Memória D África: A Temática Africana em Sala de Aula. São Paulo: Cortez.
- Wieviorka, Michel, (2007). O Racismo, uma Introdução. São Paulo: Perspectiva.